

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.702 - SP (2019/0015136-2)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : **KATIA REGINA DA ROCHA PACHECO**
ADVOGADOS : **ERICSON CRIVELLI E OUTRO(S) - SP071334**
 SARA TAVARES QUENTAL - SP256006
 FELIPE ANTONIO LANDIM FERREIRA - SP270497
 FERNANDA NICOLELLA LEMES - SP289730
AGRAVANTE : **FUNDACAO SAUDE ITAU**
ADVOGADOS : **RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910**
 FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS - RJ148512
 MARCELA DE ABREU QUINTANILHA - RJ179572
AGRAVADO : **OS MESMOS**

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado por Kátia Regina da Rocha Pacheco contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

Agravo de instrumento. Plano de saúde coletivo. Ex-empregado aposentado. Ação cominatória movida por ex-empregado contra entidade operadora de plano de saúde coletivo de autogestão (Fundação Saúde Itaú). Pretensão que tem origem em relação laboral. Competência da Justiça do Trabalho para dirimir o conflito, conforme posição sedimentada pelas Primeira e Segunda Seção do C. Superior Tribunal de Justiça.

Reconhecimento, de ofício, da incompetência da Justiça Comum, com a manutenção da liminar e consequente determinação do envio dos autos à Justiça Especializada.

Recurso não conhecido, com determinação.

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 31 da Lei 9.656/98 e 4º, III, 47 e 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor, sob o argumento de que é abusivo o valor da mensalidade do plano de saúde coletivo ao entrar a agravante para a inatividade.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

São incompreensíveis as alegações do recurso especial.

Diz-se isso porque o Tribunal local determinou a remessa dos autos à justiça laboral, considerando-a competente para o processamento e julgamento da causa.

Esse fundamento, a par de não ter sido impugnado, faz com que os dispositivos legais invocados não tenham pertinência com o tema decidido, o que atrai a incidência dos verbetes n. 283 e 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

